



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

04 de fevereiro de 2019

Diário Catarinense e A Notícia
Capa e Política

“Nova política de incentivos fiscais em vista”

Nova política de incentivos fiscais em vista / Isenções / TCE / Secretaria da Fazenda / Governador / Carlos Moisés da Silva / PSL / TCU / Tribunal de Contas da União / Jair Bolsonaro / Economista e Professor / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / João Rogério Sanson

Diário Catarinense

CONTAS PÚBLICAS

Governo analisa nova política fiscal no Estado

Estudo em andamento deve ser concluído ainda neste mês para revisar isenções e manter redução gradual da renúncia de receita em Santa Catarina. **Páginas 6 e 7**

A Notícia

POLÍTICA

ESTUDO SOBRE ISENÇÕES FISCAIS SERÁ APRESENTADO EM FEVEREIRO

Casa Civil, Procuradoria-Geral e secretaria de Governança e Integridade atuam juntas

Páginas 8 e 9

POLÍTICA

NOVA POLÍTICA DE INCENTIVOS FISCAIS EM VISTA

NOVO GOVERNO prevê concluir em fevereiro estudo sobre isenções e continuar redução gradual da renúncia de receita. Casa Civil, Procuradoria-Geral e futura secretaria de Governança e Integridade formam grupo de trabalho para revisões

VICTOR PEREIRA

victor.pereira@somosnsc.com.br

O governo de Santa Catarina prevê concluir em fevereiro um relatório sobre os incentivos fiscais existentes no Estado. A ideia é revisar e mudar a política de isenção diferenciando os produtos de consumo popular de produtos de primeira linha, valorizando a produção catarinense e a economia local. É a partir desse estudo que se buscará a redução prevista de R\$ 750 milhões nos benefícios oferecidos em 2019.

A medida atende a lei orçamentária aprovada ano passado pelos deputados estaduais, que define a redução gradual da renúncia fiscal de 2019 até 2022, fixando limite máximo de 16% da receita bruta de impostos – hoje o índice é de 25%.

Na semana passada, foi assinado decreto do governo do Estado criando um grupo de trabalho para revisões, exclusões e novas concessões de isenções fiscais. Não fazem parte órgãos como a Casa Civil, Procuradoria-Geral do Estado e a futura secretaria de Governança e Integridade. Outra medida para controle e acompanhamento das isenções será o compartilhamento de informações entre o governo e o TCE. Ambos terão acesso às mesmas informações dos benefícios concedidos.

Em 2018, os benefícios fiscais concedidos em SC chegaram a aproximadamente R\$ 5,8 bilhões, incluindo isenções, os créditos presumidos, reduções de base de cálculo e outros incentivos fiscais que reduzem o montante do tributo a ser arrecadado. Alguns dos chamados produtos supérfluos já

perderam a vantagem, como filé mignon, salmão, azeite de oliva e vinho, e a situação deve se repetir com outros deles ao longo de 2019. A Secretaria da Fazenda diz que a redução dos incentivos nesses itens ocorrerá de maneira “progressiva e cautelosa”, sem especificar quais produtos.

Além dos supérfluos, serão revisados os benefícios fiscais que apresentam alguma distorção, seja porque as razões de sua concessão não subsistem mais nos dias de hoje, seja porque seu valor foi excessivo ou ainda porque ele não conseguiu atingir seu objetivo junto à sociedade.

– Estão sendo revisados todos os benefícios fiscais que ainda são concedidos, com objetivo de analisar a relevância social e econômica de cada item para decisão da continuidade ou não dos mesmos. A redução está sendo gradual, já

iniciamos o processo no ano passado com itens considerados de primeira linha. Embora tenham os cortes nas isenções fiscais, é importante destacar que estamos trabalhando para valorizar a produção catarinense, fomentando a economia no Estado para gerar mais empregos e, assim, aumentar a arrecadação – destaca o secretário da Fazenda, Paulo Eli.

Nesse sentido, decreto assinado ainda pelo então governador Eduardo Pinho Moreira (MDB), em dezembro, revogou a concessão de ICMS reduzido nos produtos da cesta básica. Com isso, o imposto incidente sobre produtos como feijão, arroz, macarrão, farinha e pão passa de 7% para 12%, com um aumento de 58,3%. O decreto só terá vigência no dia 1º de abril deste ano, obedecendo o período de “noventena”. Ao mesmo tempo, esse relatório das revisões

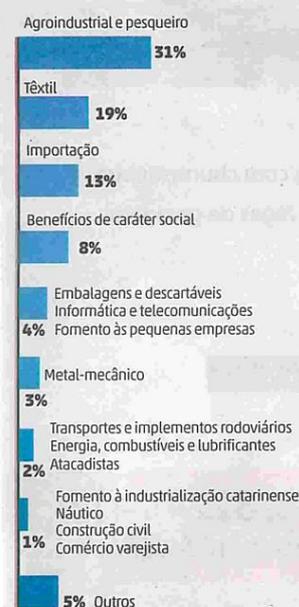
previsto para fevereiro trará uma lista dos produtos que serão incluídos na cesta básica com ICMS de 7% para assinatura de um novo decreto. Portanto, a expectativa é de que ainda haja adequações nos itens da cesta básica.

Na semana passada, o presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), Mario Cezar de Aguiar, se reuniu com o governador Carlos Moisés da Silva (PSL) e manifestou preocupação com os impactos dos decretos assinados em dezembro, pedindo a revogação das medidas.

Segundo Aguiar, elas atingirão negócios já celebrados e aumentarão preços dos produtos de primeira necessidade para o consumidor final. Conforme a Fiesc, Moisés prometeu levar o tema ao comitê criado pelo governo para tratar do assunto.

INCENTIVOS FISCAIS EM SC

Total de isenções por setor (%)



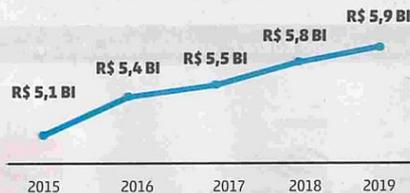
O novo governo do Estado pretende passar a arrecadar um total de

R\$ 750 milhões

a mais com corte nos benefícios oferecidos em 2019

VALOR DAS ISENÇÕES NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Ano da LDO Estimativa de renúncia



Fonte: Secretaria da Fazenda de SC

Sem padrão entre os Estados

Não existe uma política fiscal única para os Estados e a maioria deles também não têm – ou pelo menos não tinham até agora – critérios e controles claros em relação aos incentivos.

O governo do Rio Grande do Norte, por exemplo, buscará a partir deste mês saber quanto deixa de arrecadar com isenções fiscais concedidas às empresas ao longo do ano. Ao todo, o Estado tem 216 benefícios de isenção de ICMS, além de outros programas com benefícios. A Secretaria de Tributação diz que hoje não tem o número da renúncia total porque o governo não tinha ferramentas de tratamento de dados que permitam fazer esse levantamento. Por isso, o RN busca um financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para desenvolver o projeto Profisco 2, com objetivo de modernizar a estrutura tecnológica e de dados da tributação potiguar.

No Ceará, a administração estadual anunciou que está trabalhando para remodelar a política

fiscal, que hoje contempla basicamente a indústria. A ideia é abranger as áreas de serviços como novas tecnologias e o pequeno empreendedor, com regras mais claras e justas.

INVESTIGAÇÃO NO RS E DETALHAMENTO NO PR

No Paraná, depois de anos com as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) trazendo apenas informações vagas e resumidas, o documento de 2018 com previsão para 2019 mostra detalhadamente os valores, que chegam a R\$ 10 bilhões para este ano. O setor da alimentação é o mais beneficiado, com R\$ 3,9 bilhões em renúncia de ICMS. Depois vem o incentivo de R\$ 1 bilhão ao comércio.

No Estado vizinho, o Rio Grande do Sul, a concessão de incentivos fiscais chegou a ser alvo de investigação do Ministério Público por falta de transparência nas informações. Após a ação, a Secretaria da Fazenda passou a publicar a lista com as empresas beneficiadas.

VALOR DAS ISENÇÕES NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Principais subsídios no país, conforme a Receita Federal

Simples Nacional
R\$ 87,2 bilhõesRendimentos isentos e não tributáveis do IR Pessoa Física
R\$ 32,1 bilhõesAgricultura e agroindústria
R\$ 30,2 bilhõesDeduções do rendimento tributável do IR Pessoa Física
R\$ 20,1 bilhõesPoupança e letra imobiliária garantida
R\$ 8,2 bilhõesMedicamentos, produtos farmacêuticos e equipamentos médicos
R\$ 9,4 bilhõesBenefícios ao trabalhador
R\$ 12,5 bilhõesZona Franca de Manaus
R\$ 24,7 bilhõesDesoneração da folha de pagamento
R\$ 9,5 bilhõesSetor automotivo
R\$ 7,2 bilhõesOutros
R\$ 65,4 bilhões**TOTAL ESTIMADO**
R\$ 306,5 BILHÕES**Bolsonaro também prevê revisão em benefícios**

A análise mais recente do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as contas do governo federal, de 2017, mostra que as renúncias fiscais somaram R\$ 354,7 bilhões naquele ano. O montante equivale a 30% da receita líquida do governo no ano e supera os déficits da Previdência Social e do regime de aposentadorias dos servidores federais, que somaram R\$ 268,8 bilhões em 2017. Segundo o TCU, 84% das renúncias têm prazo indeterminado, o que faz a perda de arrecadação ser incorporada às contas do governo.

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que cada renúncia fiscal

seja custeada com alguma receita, seja com o aumento de outros tributos ou com a alta da arrecadação gerada pelo desenvolvimento da economia. O TCU, no entanto, constatou que 44% dos incentivos fiscais não são fiscalizados por nenhum órgão, o que levou o ministro Bruno Dantas a recomendar que os ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil montem um grupo de trabalho para verificar a eficácia das renúncias fiscais.

Agora, o governo de Jair Bolsonaro (PSL) tem na revisão de benefícios tributários um dos eixos para o equilíbrio das contas públicas. A

equipe econômica trabalha com dois cenários: um corte linear de 10% em todos os benefícios tributários ou uma redução concentrada em cinco programas – revogação completa da desoneração da folha de pagamento em 2019, redução de 15% da renúncia com o Simples Nacional (regime especial para micro e pequenas empresas) e o programa de Microempreendedor Individual, instituição de um limite para a dedução de despesas médicas no Imposto de Renda, diminuição das faixas de isenção para declarantes com mais de 65 anos e a redução dos tipos de produtos da cesta básica com isenção.

Especialista defende estudo minucioso

Mestre em Desenvolvimento Econômico, o economista e professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) João Rogério Sanson destaca a importância do estudo minucioso por parte do governo estadual para avaliar onde e quanto é possível diminuir de incentivos. O especialista comenta que a tendência é se aprovar uma lei com benefícios desse tipo e depois “esquecer” dela, não fazendo revisões periódicas:

– Momentos de crise econômica e com mudança de governo é que acabam permitindo mexer nisso. O ideal, do ponto de vista técnico, é que você, ao conceder, já tenha a previsão de que a cada determinado período de tempo vai fazer uma reavaliação de cada produto.

Para João Rogério Sanson, essa reavaliação precisa passar pela análise do custo-benefício:

– Se dá (o incentivo) em nome da geração de emprego, tem que ava-



Se dá (o incentivo) em nome da geração de emprego tem que avaliar se gerou emprego.

JOÃO ROGÉRIO SANSON
Mestre em Desenvolvimento Econômico

liar se gerou emprego; se é em nome de atrair novas empresas ao redor de uma ou daquilo que facilite a produção de outros bens, tem que acompanhar o resultado e de que forma.

Notícias do Dia

Fabio Gadotti

“Diversidade”

Diversidade / Educadores / COEB 2019 / Congresso de Educação Básica / Auditório Garapuvu /UFSC

Diversidade

Educadores participam hoje e amanhã, em Florianópolis, do COEB 2019 (Congresso de Educação Básica). Na abertura, no auditório Garapuvu, da UFSC, Carlos Roberto Jamil Cury, da PUC de Minas Gerais, vai falar sobre “sujeitos e processos de aprendizagens: tramas da educação básica”. A programação, eclética, prevê a exibição de cinco vídeos sobre diversidade produzidos por alunos da Escola Básica Maria Tomázia Coelho, de Ingleses.

Enfoque Popular Geral

“Nova BNCC abre semana de formação continuada”

Nova BNCC abre semana de formação continuada / Maracajá / Base Nacional Comum Curricular / Edina Pischaraka Itcak Dias da Silva / Cristiane Sant’Ana / Arlindo Rocha / Luciana Tavares / Fernanda Lidório Maria / Cláudia Beatriz de Medeiros / UFSC / Karen Schmidt Lotthammer / Andreia Rabello de Souza / Rafael Martinello de Souza

NOVA BNCC ABRE SEMANA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Formação se estende até a próxima sexta-feira

Maracajá

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), norma federal que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica, alterada no segundo semestre de 2018, foi o tema de abertura da Semana de Formação Continuada da Rede Municipal de Ensino de Maracajá, nesta segunda-feira, 4.

As mudanças e a nova realidade da BNCC foram explanadas

por Edina Pischaraka Itcak Dias da Silva, pedagoga, mestre em Educação e especialista em Organização do Trabalho Pedagógico e em Políticas Educacionais pela Universidade Federal do Paraná e coordenadora pedagógica no Sistema de Ensino Aprende Brasil, Editora Positivo. “É uma nova norma e que tem provocado muitos debates”, explica a diretora de Educação, Cristiane Sant’Ana.

O prefeito Arlindo Rocha encerrou a primeira etapa da abertura da semana de formação continuada ressaltando o grau de satisfação do setor de educação no município. “Terminamos o segundo ano de mandato se termos recebido qualquer

questionamento ou reclamação de pais ou alunos em relação aos profissionais de educação, pelo contrário, só ouço elogios e reconhecimento ao trabalho de vocês”, disse o prefeito.

Processos de alfabetização e avaliação, autoconhecimento, autoestima, trabalho em equipe, alergias alimentares e manual de boas práticas de produção de merenda escolar, Ambiente Virtual de Aprendizagem, regimento escolar e a plataforma online da Editora Positivo, são outros temas da Semana de Formação Continuada, que se estende até a próxima sexta-feira, sempre em dois períodos.

Além da mestre Edina Itcak,



participam como palestrantes e facilitadoras a assessora pedagógica da Editora Positivo, mestre Luciana Tavares, psicóloga Fernanda Lidório Maria, nutricionista Cláudia Beatriz de

Medeiros, mestranda da UFSC Karen Schmidt Lotthammer e da mestre em educação, graduada em Ciências Econômicas, Matemática e Pedagogia e consultora da Editora Positivo,

Andreia Rabello de Souza. Aluno da Escola Municipal Nivaldo Rosa, Rafael Martinello de Souza participou da abertura oficial do evento, tocando músicas de boas-vindas aos participantes.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[Bionexo troca de CEO](#)

[Governo analisa nova política fiscal em Santa Catarina](#)

[Grandes musicais na programação do Cineclube da Fundação Cultural Badesc em Florianópolis](#)

[Para o novo presidente do Sebrae, Serra tem muito a crescer](#)

[Prazo para realizar matrícula presencial na UFSC começa nesta terça-feira](#)

[Municípios de Capinzal e Ouro iniciam ano letivo com palestras para profissionais](#)

**SCMC aponta movimentos e comportamentos que influenciarão
2019 em palestra**

Celesc apresenta novo Diretor de Finanças e RI

**Secretaria de Educação realiza capacitação aos professores da rede
municipal de Capinzal**

OAB premia 161 faculdades de Direito com selo de qualidade

Período para matrícula presencial na UFSC começa nesta terça (5)

UFSC realiza matrícula presencial de calouros de 5 a 8 de fevereiro